

**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO
ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA SALA DE AULA INCLUSIVA**

THE ROLE OF THE MEDIATING TEACHER IN THE SCHOOL INCLUSION
PROCESS: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE INCLUSIVE
CLASSROOM

EL ROL DEL DOCENTE MEDIADOR EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN
ESCOLAR: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN EL AULA INCLUSIVA

José Fábio da Rocha Cabral

RESUMO

Na educação incluir não é apenas uma vitória nas demandas públicas, é um acordo indiscutível com a moralidade e dignidade de cada discente a desenvolver e crescer com ética e qualidade de vida em suas individualidades cognitivas, físicas e sensoriais. Nesse sentido, o professor mediador é fundamental: ele é o profissional que faz com que alunos e conhecimento se encontrem, tornando a escola um lugar mais justo, acolhedor e acessível para todos. Este texto se propõe a discutir a atuação desse profissional em uma sala de aula inclusiva, suas atribuições, os desafios que enfrenta no cotidiano escolar e as oportunidades que surgem quando seu trabalho é reconhecido e valorizado. Ser mediador é mais do que apenas aplicar uma técnica — é essencial ser sensível, ouvir com atenção, ser criativo e adaptar as abordagens de acordo com as verdadeiras necessidades de cada aluno. O professor mediador, na prática, é o elo entre o estudante, o professor titular e a equipe pedagógica, garantindo que todos tenham a oportunidade de se expressar e ocupar seu espaço na aprendizagem. Mas isso não é considerado um papel fácil. Sem capacitação contínua, sem os recursos adequados e sem o reconhecimento necessário por parte das instituições, essa jornada se torna muito mais desafiadora e, muitas vezes, solitária. Além disso, o texto ainda propõe formas de reforçar essa atuação, como a elaboração de políticas públicas mais eficazes, a oferta de capacitação especializada e o fomento à colaboração entre educadores.

Palavras-chave: Educação inclusiva; mediador; escola; sala de aula; desafios.

ABSTRACT

In education, inclusion is not just a victory in meeting public demands; it is an indisputable agreement with the morality and dignity of each student, fostering ethical development and quality of life in their cognitive, physical, and sensory individualities. In this sense, the mediating teacher is fundamental: they are the professional who facilitates the encounter between students and knowledge, making the school a more just, welcoming, and accessible place for all. This text aims to discuss the role of this professional in an inclusive classroom, their responsibilities, the challenges they face in daily school life, and the opportunities that arise when their work is recognized and valued. Being a mediator is more than just applying a technique—it is essential to be sensitive, listen attentively, be creative, and adapt approaches according to the true needs of each student. In practice, the mediating teacher is the link between the student, the main teacher, and the pedagogical team, ensuring that everyone has the opportunity to express themselves and occupy their space in learning. But this is not considered an easy role. Without continuous training, adequate resources, and the necessary recognition from institutions, this journey becomes much more challenging and often lonely. Furthermore, the text proposes ways to strengthen this work, such as developing more effective public policies, offering specialized training, and fostering collaboration among educators.

Keywords: Inclusive education; mediator; school; classroom; challenges.

RESUMEN

En educación, la inclusión no es solo una victoria en la satisfacción de las demandas públicas; es un acuerdo indiscutible con la moralidad y la dignidad de cada estudiante, fomentando el desarrollo ético y la calidad de vida en sus individualidades cognitivas, físicas y sensoriales. En este sentido, el docente mediador es fundamental: es el profesional que facilita el encuentro entre el alumnado y el conocimiento, haciendo de la escuela un lugar más justo, acogedor y accesible para todos. Este texto pretende analizar el rol de este profesional en un aula inclusiva, sus responsabilidades, los retos que enfrenta en la vida escolar diaria y las oportunidades que surgen cuando su labor es reconocida y valorada. Ser mediador es más que simplemente aplicar una técnica: es esencial ser sensible, escuchar atentamente, ser creativo y adaptar los enfoques según las verdaderas necesidades de cada estudiante. En la práctica, el docente mediador es el vínculo entre el estudiante, el docente principal y el equipo pedagógico, garantizando que todos tengan la oportunidad de expresarse y ocupar su espacio en el aprendizaje. Sin embargo, esto no se considera una tarea fácil. Sin formación continua, recursos adecuados y el reconocimiento necesario de las instituciones, este camino se vuelve mucho más desafiante y, a menudo, solitario. Además, el texto propone formas de fortalecer este trabajo, como desarrollar políticas públicas más efectivas, ofrecer capacitación especializada y fomentar la colaboración entre educadores.

Palabras clave: Educación inclusiva; mediador; escuela; aula; desafios.

1 INTRODUÇÃO

Discutir a inclusão escolar é aceitar que a educação pode mudar vidas e criar conexões onde antes existiam barreiras. É tomar, com bravura e empatia, a responsabilidade de assegurar que cada estudante – com suas trajetórias, tempos e particularidades – tenha lugar para aprender, interagir e se desenvolver em conjunto. Nesse contexto, o professor mediador é essencial, pois ele ensina, ouve, acolhe e interliga.

Mais do que um mediador que impõe técnicas, ele é alguém que vê o aluno para além de seus obstáculos, reconhecendo suas capacidades e traçando oportunidades para que ele se sinta integrado à dinâmica do aprendizado. Ele funciona como uma ponte entre o aluno, o professor titular e toda a equipe pedagógica, procurando por estratégias que sejam relevantes para cada contexto. Sua atuação abre as portas para trabalharmos com maior dedicação, flexibilidade e atenção em sala de aula.

Porém, essa atuação é muito importante nos tempos atuais e vai ao encontro dos mais distintos obstáculos. A carência de formação específica, a falta de recursos adequados e o pequeno reconhecimento das instituições, deixam o cotidiano do docente mediador ainda mais complicado do que deveria. Sem cultura nos tempos atuais nas instituições pedagógicas que reconheça a diversidade e na falta de projetos públicos fortes na área, pode acabar sendo uma política pública fraca sem apresentar a realidade e reais condições do dia a dia. Contudo, há caminhos fortes e produtivos. Ao investir na capacitação desses profissionais, fomentar redes de apoio entre educadores e incentivar o trabalho colaborativo, podemos aprimorar o papel do mediador e mudar a realidade nas escolas. Quando todos os que fazem parte do processo educativo se engajam na inclusão, a escola se torna mais humana, mais justa e com mais vivências.

Este texto convida à reflexão sobre essa função crucial que, muitas vezes, passa despercebida. Conhecendo mais sobre o papel do professor mediador, podemos colaborar para que a educação acolha, respeite e valorize cada aluno em sua individualidade. Incluir vai além de apenas ensinar – é sobre reconhecer o outro, construir em conjunto e acreditar que a diversidade é o que torna a aprendizagem mais autêntica e o futuro mais viável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de alunos com TEA não é um tema que surgiu recentemente, há bastante tempo se discute isso. que a educação inclusiva tem sido objeto de pesquisa e análise por estudiosos e educadores. A cada ano, notamos que o corpo docente possui enfrentado enormes desafios com a inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula e não podemos ignorar essa questão. Segundo Belisário Filho (2010, p. 8) “o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Bleuler, para se referir à desconexão com a realidade e dificuldade ou impossibilidade de comunicação consequente”. Sobre isso, Nóvoa (2006) afirma:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (Nóvoa, 2006, p. 25).

Na década de 1940, os Leo Kanner, que pesquisou onze crianças, foi o primeiro a apresentar estudos sobre o autismo. dificuldades em se relacionar com os outros, resistência a mudanças na rotina, sensibilidade a estímulos, particularmente sonoros, entre outras características.

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (Brasil, 2007, p. 1).

Simultaneamente às pesquisas de Kanner. Hans Asperger investigou um grupo de crianças com traços similares aos estudos de Kanner. “Asperger não conhecia o trabalho de Kanner e “descobriu” o autismo de forma autônoma. Divulgou seus apontamentos em 1944: “A Psicopatia autista na infância” (Filho, 2010, p. 9). Numerosos estudos sobre o autismo foram realizados ao longo dos anos, resultando no surgimento de outras características do TEA, é possível notar que indivíduos autistas tendem a evitar o contato visual, e obstáculos na compreensão de metáforas e ambiguidade, dificuldade em captar pistas (expressões faciais), têm a tendência de repetir palavras e frases, e apresentam comportamentos motores repetitivos como saltar, aplaudir, agitar os dedos e as mãos de maneira desordenada entre outros. De acordo com a declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (Brasil, 1997, p. 17-18).

Antes de tudo, quando abordamos o tema do autismo, é essencial entender a educação particular e de que maneira integrar os estudantes com TEA no ambiente escolar, uma vez que precisam de uma educação diferencial, adequações e um profissional qualificado para que tenham sucesso no processo de aprendizagem. Os indivíduos com dificuldades de aprendizagem precisam de ajustes conforme suas necessidades, uma vez que, para muitos, é extremamente complicado e, muitas vezes, inviável transformar a página do livro, segurar um lápis, andar sozinha pelos espaços da escola, e precisam de auxílio todos os dias para cumprir as tarefas escolares.

A minha vivência na escola me possibilitou ver de perto a inclusão praticada pela escola pública em relação à educação especial, mostrando que a inclusão ainda não atende todas as reais necessidades dos portadores de necessidades educativas especiais. [...] Pois [...] ainda não possuem profissionais qualificados 27 que auxiliem esses alunos em sala de aula (Pimentel *et al.*, 2016, p. 6).

De acordo com Carvalho (2008), incluir é um processo que envolve a transformação das escolas em ambientes inclusivos, colaborativos e dedicados ao aprendizado de todos. Ele enfatiza que a inclusão exige transformações nas mentalidades, nas na política e na prática educativa, para a formação de uma cultura escolar mais justa e democrática. Na Política Nacional de Educação Especial na Óptica da Educação Inclusiva, produzida pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), no Brasil, a educação inclusiva se concentra em uma discussão sobre a sociedade moderna e da função transformadora da escola na superação da exclusão de forma lógica (Brasil, 2007).

Assim, Segundo os dados, elencado no mesmo artigo: [...] poucos são os que tiveram contato com alunos com necessidades educacionais especiais, talvez pela grande resistência das escolas regulares em aceitar esses alunos, ou ainda, pela resistência existente entre os próprios professores já atuantes na rede regular (Bazon *et al.*, 2013, p. 133).

Em tempos atuais existem alguns normativos que protegem, ou dão suporte às pessoas com deficiências, tanto a constituição Federal, como a Lei de Diretrizes e bases da educação. Já a Lei de Inclusão Brasileira (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de outras legislações e decretos especiais. O artigo 27 da Lei nº 13.146 /2015 estabelece o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015).

Em resumo, pode-se afirmar que, ao longo do tempo, as demandas da educação o panorama educacional nacional foi mudando, mas a LDB não passou por um processo de adaptações. monitorou essa mudança, atribuindo, portanto, certas falhas e incertezas na elaboração legislativa de cada reforma. Dessa maneira, a aplicação da Lei deve ser levada em conta um dos focos da educação,

considerando que a evolução do sistema de ensino surge a partir das melhorias que vão sendo implementadas ao longo do processo de transformação, alinhada com a realidade educacional. Nesse pensamento apresenta Demo:

Toda lei nova carrega algum grau de esperança, mas carrega alguma forma de dor, já que nem todos os interesses nela previamente depositados puderam ser satisfeitos. Esta lei de modo especial registra as vozes que de modo dominante lhe deram vida, mas registra também, vozes recessivas umas abafadas outras silenciosas tantas, outras implicadas na polifonia presente na nem sempre afinada polifonia dissonante (Demo, 1997, p, 31).

No entanto, podemos afirmar que algumas dessas vantagens da Educação Inclusiva, tanto para estudantes quanto para educadores. No que diz respeito aos alunos, podemos listar: a interação social. com o que é distinto, ajuste às interações positivas, maior proximidade entre os estudantes, apoio maior interação social, aulas mais variadas e relevantes, maior apoio para os alunos com dificuldades, maior Relação professor/estudante, envolvimento familiar na escola, estudantes aprendem a se tornar indivíduos e a estabelecer relacionamentos. relacionamentos sociais e afetivos desprovidos de rivalidades, mas com uma atitude de solidariedade e envolvimento.

3 METODOLOGIA

Esse artigo foi elaborado com base em revisão bibliográfica sem atuação de entrevistas. A escolha desse tema metodológico ofertou reflexões e pesquisas já efetivadas com a finalidade de entender como se entende a finalidade do professor nos tempos atuais em relação a educação especial e inclusiva. Diante de uma educação que nos tempos presente exige uma atuação promissora do professor, que não basta uma pedagogia tradicional, para atuar nos tempos modernos é preciso muito mais que bom sendo e sim amor, vontade de estudar as particularidades de cada um, entender que a educação Especial e inclusiva não é apenas projetos de planilhas em papel, é atuação coletivo geral entre escola, professor e família. Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Ao longo das leituras, ficou claro que os estudantes com transtorno do espectro autista requerem um mediador em sala de aula para auxiliá-los em suas tarefas escolares. Em diversas vezes, esses discentes precisam de integração curriculares, recursos e jogos pedagógicos que adere a soma entre necessidade e ensino. As adaptações são feitas conforme o nível de desenvolvimento de cada aluno. “As adaptações curriculares assumem grande relevância ao propor ações que visem um currículo mais adequado, sujeito a modificações, que atendam às necessidades específicas desses estudantes” (Manzoli; Sigolo, 2012, p. 90).

De acordo com Saviani (2008, p. 243):

Seu propósito se estende ao ato de mostrar ao aluno a necessidade vital de devassar continuamente os “ídolos” que cercam os conhecimentos tão acessíveis, hoje, enfatizados dentro do que se costuma chamar “sociedade do conhecimento (Saviani, 2008, p. 243).

Os estudantes com TEA conseguem aprender, mas frequentemente os professores não têm condições de trabalho que lhes permitam fazer um acompanhamento direto com esses estudantes, como demonstram as salas de aula lotadas; dessa forma, a Disponibilização de mediadores nas escolas para apoiar quem precisa de um apoio individualizado, pois é essencial para a inclusão. Dessa forma Estes estudantes começam a mostrar um progresso considerável no processo de ensino e aprendizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Aranha (2005), a trajetória do cuidado da pessoa com necessidades especialmente em se tratando da educação especial, que por muito tempo se caracterizou pela separação, seguida pela gradual e consequente eliminação. Essa exclusão tinha como base vários argumentos, de acordo com o período histórico em questão. Durante a história da Humanidade, como as várias culturas iam e entendiam foram se diversificando os discursos sobre a deficiência. Portanto, o modo de pensar e de agir em relação à deficiência como fenômeno e ao indivíduo com necessidades O conceito de educação especial enquanto ser passou por diversas transformações ao longo do tempo.

O professor mediador é essencial para a inclusão escolar, pois faz a ponte entre o aluno com deficiência e o professor regente, permitindo que as adaptações curriculares e metodológicas sejam feitas de maneira mais eficiente. A sua presença torna a comunicação e o relacionamento entre os alunos mais simples, o que ajuda a criar um ambiente mais colaborativo e inclusivo. Além disso, o mediador também ajuda a criar estratégias de ensino personalizadas, levando em conta as particularidades de cada aluno e favorecendo uma aprendizagem mais relevante. No entanto, muitos desafios ainda cercam esse trabalho. A carência de formação especializada e contínua para tratar da diversidade em sala de aula prejudica a mediação. Além disso, faltam políticas públicas estáveis que valorizem e reconheçam a função do professor mediador, além de barreiras estruturais e atitudinais que tornam a inclusão plena mais difícil, como preconceitos, falta de recursos e a resistência de certos profissionais da educação. Diante desse quadro, é imprescindível investir em formação continuada e especializada para os mediadores, além de fortalecer práticas pedagógicas colaborativas entre toda a equipe escolar. É urgente que se criem políticas educacionais que garantam ao professor mediador suporte técnico, emocional e institucional, além de condições adequadas para que sua atuação seja eficaz e capaz de promover mudanças no cenário da educação inclusiva.



Os dados que emergiram da análise das pesquisas selecionadas mostram que o papel da formação docente é crucial para que a mediação pedagógica seja realmente eficaz com estudantes que têm deficiência intelectual. Foi notado que docentes que participaram de formação contínua resultou em maior segurança ao aplicar estratégias que incluem a adaptação de materiais escolares e o emprego de recursos de comunicação alternativa e a implementação de métodos de ensino que se concentram na escuta atenta dos alunos. Descobertas desse tipo apoiam a ideia de que a mediação não deve ser encarada apenas como um conjunto técnico de processos, mas requer uma base teórica robusta e uma prática sensível.

De acordo com a literatura especializada, a mediação pedagógica se revela tem que ser bem-sucedida e para isso é necessário que haja um trabalho conjunto entre professores da educação regular e da educação especial e do trabalho conjunto com outros membros da equipe escolar. A interdependência dos conhecimentos e das funções institucionais aponta para o fato de que a inclusão não é de inteira responsabilidade do professor regente. Diversas pesquisas revisadas indicam que, quando os diversos agentes educativos se comunicam, a capacidade de resposta é ampliada às necessidades educacionais especiais dos estudantes, favorecendo ambientes escolares mais equivalentes e responsivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do professor mediador na inclusão escolar é, sem dúvida, um dos alicerces que sustentam uma educação que se quer democrática, justa e para todos. Esse trabalho revelou que o mediador não apenas favorece o aprendizado dos alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, mas também torna a escola um lugar mais acolhedor, respeitoso e diversificado.

O professor mediador é o intermediário entre o aluno e o professor titular, implementando adaptações no currículo e nos métodos de ensino, sempre levando



em conta as particularidades de cada aluno. Sua presença na sala de aula inclusiva enriquece a comunicação, promove a empatia entre os demais alunos e cria laços que vão além do aprendizado convencional. Além de oferecer suporte técnico, o mediador atua como um agente de transformação social, questionando paradigmas excludentes e ajudando a desenvolver uma cultura escolar que valoriza a diversidade.

No entanto, esses profissionais enfrentam uma série de desafios. As dificuldades em sua atuação se devem à ausência de formação continuada específica, à falta de recursos materiais e humanos, à falta de reconhecimento institucional e às barreiras atitudinais que ainda persistem no cotidiano escolar. São muitos os mediadores que se sentem sobrecarregados e sem o devido suporte, o que afeta não só a saúde mental deles, mas também a qualidade do trabalho realizado com os alunos.

Outro ponto importante é que a inclusão escolar não se resume apenas à presença do aluno na sala de aula. Isso requer uma transformação significativa nas metodologias de ensino, na administração das escolas e na forma de pensar dos educadores. O professor mediador, neste cenário, deve ser considerado um membro essencial da equipe pedagógica, participando ativamente da elaboração de projetos, da avaliação dos alunos e da criação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento completo de todos.

É urgente que se elaborem e implementem políticas públicas que reconheçam e deem força ao trabalho do professor mediador. Para que a educação inclusiva de qualidade se torne uma realidade, é fundamental investir em formação continuada, assegurar condições de trabalho justas, criar espaços para que os profissionais possam ouvir e compartilhar experiências, e fortalecer o diálogo entre a escola, os pais e a comunidade.

A escola inclusiva não é um ato isolado, mas um esforço conjunto que demanda comprometimento, sensibilidade e bravura para lidar com as adversidades que a realidade apresenta. O professor mediador, com sua escuta cuidadosa, sua postura ética e sua flexibilidade, simboliza a expectativa de uma educação que não marginaliza, que não estigmatiza, mas que recebe e transforma. Valorizar e fortalecer essa função é um caminho essencial para que a inclusão escolar deixe de ser um sonho e passe a ser uma realidade presente e eficaz em todas as escolas.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BAZON, F. V. M. *et al.* A formação inicial de professores para a educação in/exclusiva. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 30, p. 130-156, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015

CARVALHO, R. E. **O paradigma da educação inclusiva**. Ensino e Tecnologia em Revista, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: Portal de Periódicos da UTFPR. Acesso em: 19 maio 2025.

DEMO, P. **A Nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, SP. Papyrus. 1997.

MANZOLI, L. P.; SIGOLO, S. R. R. L. **Práticas pedagógicas diferenciadas no atendimento educacional especializado com deficiência intelectual**. In:



ZANIOLO, Leandro Osno; DALL'ACQUA, Maria Júlia C. (orgs.). **Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação e professores e práticas pedagógicas**. Jundiaí, Paco. Editorial: 2012. p. 87-102

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006

PIMENTEL, A. C. V.; PIMENTEL, C. V.; DHESSY DE FÁTIMA, C. **Inclusão: um olhar a partir das vivências dos bolsistas PIBID na escola**. 2016.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação (LDB): trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.